



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, O
MUNICÍPIO DE FORTALEZA E A FUNDAÇÃO
DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA, PARA OS FINS
QUE NELE INDICA. (Processo Administrativo nº
8507085-32.2019.8.06.00001.*

TCT Nº 14/2019

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, estabelecido nesta Capital na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Cambéa, CEP 60.822-325, inscrito no CNPJ sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, o Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, com a interveniência do JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE FORTALEZA e da **COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, e o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo seu Prefeito, ROBERTO CLÁUDIO FROTA BEZERRA, com a interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SDHDS), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.991.232/0001-60, com sede na Rua Padre Pedro de Alencar, nº 2230, Messejana, Fortaleza/CE, CEP 60.873-082, neste ato representada por seu Secretário, Elpídio Nogueira Moreira, bem como a **FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ (FUNCI)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.175.381/0001-86, neste ato representada por sua Presidente, Glória Maria Marinho Galvão, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições a seguir.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

O presente Termo de Convênio de Cooperação Técnica fundamenta-se na Lei Federal Nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), bem como na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos).

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente Termo tem a finalidade de, por meio de atividades de suporte técnico, operacional e administrativo, em regime de cooperação mútua, conferir maior eficácia à integração entre a Administração



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Municipal e o Poder Judiciário, tal como previsto no art. 70-A e no art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo para maior efetividade e para o aprimoramento dos serviços auxiliares que cabem ao Poder Judiciário, na forma do art. 151 do mesmo Estatuto, em especial junto à Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais, nas seções Cadastro de Adotantes e Adotandos e Coordenação das Equipes de Manutenção de Vínculo e Adoção da Comarca de Fortaleza.

Cláusula Terceira – Das Obrigações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Caberá ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por intermédio do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza:

- a) Realizar treinamento técnico a fim de subsidiar as atividades a serem realizadas pela equipe municipal no âmbito da execução deste Termo;
- b) Disponibilizar estações de trabalho e demais estruturas físicas locais necessárias às atividades da equipe municipal no âmbito da execução deste Termo;
- c) Solicitar, orientar e acompanhar a elaboração, pela equipe municipal, de relatórios e pareceres técnicos nos procedimentos de habilitação de pretendentes à adoção no Cadastro Nacional de Adoção, bem como nos processos judiciais de adoção, guarda, tutela e destituição do poder familiar;
- d) Comunicar à SDHDS e à FUNCI qualquer ato praticado pela equipe municipal que caracterize descumprimento de obrigações legais ou das cláusulas constantes deste Termo.

Cláusula Quarta – Das Obrigações do Município de Fortaleza e da FUNCI

Caberá ao Município de Fortaleza – por intermédio da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) – e à Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI):

- a) Disponibilizar equipe técnica para desenvolver atividades relacionadas à elaboração de relatórios e pareceres técnicos nos procedimentos de habilitação de pretendentes à adoção no Cadastro Nacional de Adoção, bem como nos processos judiciais de adoção, guarda, tutela e destituição do poder familiar;
- b) Prestar o suporte administrativo necessário às atividades a serem realizadas pela equipe municipal no âmbito da execução deste Termo;
- c) Permitir, a qualquer tempo, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento, pelo Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza, de todas as atividades desenvolvidas pela equipe municipal no âmbito da execução deste Termo;
- d) Zelar pelos bens públicos estaduais, tanto de uso exclusivo como os de uso comum, que sejam disponibilizados no âmbito da execução deste Termo.

Parágrafo Único. Os profissionais da equipe municipal disponibilizada no âmbito da execução deste Termo permanecerão sob a responsabilidade da SDHDS e da FUNCI, não havendo qualquer responsabilidade



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará por quaisquer ônus ou encargos decorrentes da respectiva prestação dos serviços, inclusive em relação a quaisquer obrigações trabalhistas, fiscais e/ou previdenciárias.

Cláusula Quinta – Da Execução

As atividades decorrentes do presente Termo de Cooperação serão executadas fielmente pelos partícipes, visando à consecução do objeto pactuado, de acordo com as cláusulas constantes deste Termo. Acordam os partícipes, ainda, que todas as comunicações relativas a este Termo serão consideradas como regularmente efetuadas se entregues por protocolo ou remetidas por correspondência, desde que devidamente comprovadas.

Cláusula Sexta – Dos Recursos Financeiros

O presente Termo de Cooperação não possui caráter oneroso, sendo as respectivas atividades desenvolvidas em regime de cooperação mútua, a título exclusivamente gratuito. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Termo, correndo as despesas necessárias à plena consecução do objeto deste (tais como pessoal, deslocamento, expedientes, etc.) por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos próprios dos partícipes.

Cláusula Sétima – Da Vigência

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes, por meio de comunicação prévia de anuência por escrito, observadas as disposições contidas na legislação pertinente em vigor.

Cláusula Oitava – Da Denúncia

Este Termo de Cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, independente de notificação ou interpelação judicial.

Parágrafo único. Constitui motivo para a denúncia de pleno direito deste Termo o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne a respectiva execução material ou formalmente inexecutável.

Cláusula Nona – Da Publicação



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Caberá a ambos os partícipes a publicação de extrato do presente Termo de Cooperação, nos respectivos meios oficiais de publicação de atos, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

Cláusula Décima– Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Termo de Cooperação Técnica.

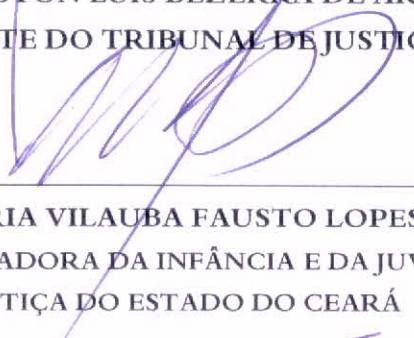
Estando as partes de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas, passando o mesmo a surtir todos os seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza/CE, 19 de junho de 2019.



WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



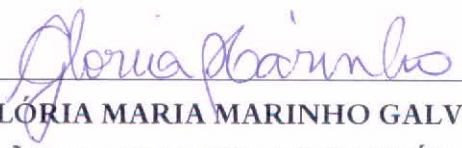
MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES
DESEMBARGADORA COORDENADORA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



ROBERTO CLÁUDIO FROTA BEZERRA
PRÉFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA



ELPIDIO NOGUEIRA MOREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



GLÓRIA MARIA MARINHO GALVÃO
FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ

TESTEMUNHAS: _____